

**ORIGEM: ALEPPO; DESTINO: CASTELO BRANCO – O ROTEIRO DE UM
PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS EM PORTUGAL**

**Cristina Pereira¹, Fátima Santos², Rui Duarte³, M^a João Fangaia², Sónia Faria³, M^a João
Fevereiro³ e Carla Heitor^{3*}**

¹Instituto Politécnico de Castelo Branco

²Cáritas Interparoquial de Castelo Branco

³Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva
Portugal

RESUMO:

Tendo como pano de fundo a problemática da integração de refugiados na sociedade portuguesa, o presente artigo pretende ser um contributo centrado numa descrição reflexiva sobre um caso único, evidenciando o percurso de acolhimento e integração de uma família de refugiados numa cidade do interior de Portugal. O número ainda inexpressivo de refugiados em território nacional tem contribuído para a ausência de estudos académicos e de reflexões sobre as vivências e as dificuldades sentidas no processo de acolhimento e de integração no território português.

De acordo com os objetivos e o contexto de realização do estudo, optou-se por um desenho metodológico de uma investigação-ação colaborativa. Esta metodologia permitiu cumprir o duplo objetivo de nos permitir conhecer e caracterizar a realidade em análise e intervir no sentido de implementar o processo de integração de uma família de refugiados, recém chegados à cidade de Castelo Branco, durante um período temporal de 1 ano e 4 meses. Tivemos como guia alguns dos procedimentos identificados no eixo de atuação “Famílias” da responsabilidade da PAR, bem como o suporte concetual e operativo da mediação intercultural explicitada no enquadramento do artigo.

* cristina.pereira@ipcb.pt, gascaritas@sapo.pt, gabinetedodiretor@gmail.com, mjfangaia@gmail.com, soniafarias@gmail.com, mfevereiro@gmail.com, carlaheit@gmail.com

A análise dos dados recolhidos permite-nos afirmar que foi possível iniciar um percurso que vai ao encontro de dimensões estruturantes do processo de integração social e, muito particularmente, do processo de inclusão escolar das 7 crianças da família em análise. Na descrição efetuada destacámos os aspetos mais positivos do percurso desta família em território nacional mas identificámos também constrangimentos e dificuldades.

O delineamento da pesquisa revelou-se adequado às circunstâncias e aos objetivos do estudo, permitindo organizar dados, definir estratégias e implementar dinâmicas promotoras do processo de integração e, paralelamente, o desenvolvimento pessoal e/ou profissional dos intervenientes. Envolver a família no processo, ouvindo e considerando a sua “voz”, contribuiu para uma aprendizagem em ação e para a capacitação de todos os intervenientes, reforçando uma rede de articulação fundamental para dar resposta ao problema subjacente ao presente estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Integração de refugiados; mediação intercultural; investigação-ação; rede articulada de intervenção; inclusão escolar.

ABSTRACT:

Against the background of the problem of the integration of refugees in Portuguese society, this article intends to be a contribution focused on a reflective description of a single case, evidencing the course of reception and integration of a refugee family in a city in the interior of Portugal. The unimpressive number of refugees in national territory has contributed to the absence of academic studies and reflections on the experiences and difficulties experienced in the process of integration in Portuguese territory.

According to the objectives and context of the study, it was decided to operationalize an action research. This methodology allowed us to fulfill the double objective of allowing us to know and characterize the reality under analysis and to intervene in order to implement the process of social integration of a family of refugees, newly arrived in the city of Castelo Branco, during a time period of 1 year and 4 months. We have guided some of the procedures identified in the "Families" axis of responsibility, as well as the conceptual and operational support of intercultural mediation made explicit in the article.

The analysis of the collected data allows us to affirm that it was possible to begin a process of construction of structuring dimensions for the empowerment of the actors and, in particular, for the process of school inclusion of the 7 children of the family under analysis.

In the description we have highlighted the most positive aspects of this family's journey in the national territory, but we have also identified constraints and difficulties.

The design of the research was adequate to the circumstances and objectives of the study, allowing the organization of data, defining strategies and implementing dynamics that promote the integration process and, at the same time, the personal and / or professional development of the participants.

Involving the family in the process, listening and considering their "voice", contributed to a learning in action and to the qualification of all the actors, reinforcing a network of fundamental articulation to answer the problem underlying the present study.

KEYWORDS: Integration of refugees; intercultural mediation; action research; articulated intervention network; school inclusion.

Introdução

Ao longo da última década, a Europa tem sido concebida por muitos refugiados, oriundos de países do norte de África e do Médio Oriente, como um espaço seguro, capaz de os proteger contra as guerras, perseguições e condições de vida adversa, vivenciadas nos seus países de origem. É o espaço onde se projetam o desejo e a esperança de uma vida com bem-estar e capaz de dar resposta aos seus projetos de vida. Nesse contexto, desde o final de 2015 até fevereiro de 2018, Portugal acolheu 1674 refugiados, sobretudo de origem síria (Plataforma de Apoio aos Refugiados – PAR, 2019). Esta nova realidade configura a necessidade de analisar a forma como se tem operacionalizado o processo de acolhimento e a integração desses refugiados no território nacional, apoiada pela descrição crítica de experiências vivenciadas nesse âmbito.

Tendo como pano de fundo a problemática da integração de refugiados na sociedade portuguesa, o presente artigo propõe-se descrever e analisar o acolhimento e o processo de integração de uma família de refugiados sírios numa cidade do interior do país. Optou-se por organizar o estudo de acordo com a metodologia de uma investigação-ação colaborativa de forma a cumprir o duplo objetivo de nos permitir conhecer e caracterizar a realidade em análise e intervir de uma forma integrada e sistémica. Para além da família, o estudo envolveu representantes de diferentes organismos e serviços da comunidade albacastrense (Cáritas,

Agrupamento de Escolas, Associação de Desenvolvimento Local, Unidade Local de Saúde e Instituição do Ensino Superior membro da Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural). Tivemos como guião orientador os procedimentos preconizados pelo projeto “PAR Famílias”, bem como os princípios subjacentes à mediação intercultural.

Os resultados que apresentamos, e que se traduzem em alguns indicadores de sucesso no processo de integração da família em análise, de uma forma mais evidente na inclusão escolar e no processo de aprendizagem das crianças da família, só puderam ser alcançados através de uma postura de envolvimento, partilha de responsabilidades, comunicação fluida, análise ponderada e contínua das decisões entre os participantes no estudo. Envolver a família no processo, ouvindo e considerando a sua “voz”, contribuiu para uma aprendizagem em ação e para a capacitação de todos os intervenientes, reforçando uma rede de articulação fundamental para dar resposta ao problema subjacente ao presente estudo.

1. Os refugiados na Europa – alguns apontamentos

A União Europeia enfrenta atualmente um afluxo de refugiados numa escala sem precedentes desde a 2ª Guerra Mundial.

A *International Organization for Migration* (2017) refere que, desde janeiro de 2015, chegaram à Europa mais de um milhão de pessoas, sendo a maioria originária de países em situação de conflito, como a Síria ou o Iraque. Por sua vez, os dados disponíveis no Portal da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR) (2019) indicam que cerca de 55% dos refugiados vêm da Síria, do Afeganistão e do Sudão do Sul. Só na Síria, em 2017, 2/3 da população deslocou-se para fugir à guerra civil, à perseguição e ao terror.

Os refugiados fazem parte daquilo que se designa comumente por “migrantes forçados”, emigrando por razões alheias à sua vontade. Oriundos de lugares de guerra e devastação, veem--se impedidos de regressar, por um período que se prevê longo, ao lugar de onde foram obrigados a partir, sob o risco de perderem a sua própria vida (Santinho, 2013)

A integração dos refugiados nos países europeus de acolhimento tem colocado desafios e dificuldades relacionados com a dimensão/escala do fenómeno mas também com as variáveis culturais, linguísticas e sociais que o fenómeno mobiliza. O processo de integração depende de uma multiplicidade de fatores relacionados com a confluência entre

as condições e representações culturais dos países de acolhimento com os traumas, as expectativas e desejos que os refugiados perseguem (Pasikowska-Schnass, 2017).

A publicação da *United Nations Refugee Agency* (UNHCR), de 2002, “*Refugee Resettlement An International Handbook To Guide Reception and Integration*”, descreve a integração dos refugiados como um processo multifacetado e mutuamente dinâmico que implica a criação de condições para a sua participação nos aspetos da vida económica, social, cultural, civil e política dos países de acolhimento. A mesma publicação realça o importante papel do reconhecimento da cultura dos refugiados no processo de integração, perspetivando essa dimensão como uma contribuição significativa para as atuais sociedades multiculturais. No entanto, a diversidade cultural presente atualmente nos países europeus tem tido impactos e mensagens contraditórios e ambíguos. A história tem demonstrado que em momentos de crise económica se verifica um renascimento de atitudes intolerantes e xenófobas perante as culturas minoritárias. Por outro lado, há também registo de experiências de inclusão positiva, em que a multiculturalidade se organiza como uma oportunidade para a promoção da coesão social e a capacitação das populações (McGregor & Ragab, 2016).

2. A integração de refugiados em Portugal

No final de 2017, a Comissão Europeia avançou com o novo programa de adesão voluntária de países da UE para a reinstalação de refugiados. Este programa prevê o acolhimento de pelo menos 50 000 pessoas, tendo-se 19 Estados-Membros comprometido a disponibilizar cerca de 40 000 lugares. Desde o final de 2015 até fevereiro de 2018, Portugal acolheu 1674 refugiados, sobretudo de origem síria (PAR, 2019).

Santinho, em 2013, considerava que as instituições estatais em Portugal não estavam preparadas para receber um número grande de refugiados, realçando a inexistência de uma rede de articulação entre os vários serviços, a falta de técnicos e a falta de formação específica destes para lidar com um fenómeno desta natureza. À semelhança do que acontece em outros países da Europa, Santinho citada por Zarro (2017, p. 16) refere que Portugal precisa de articular melhor os diversos serviços em rede, nomeadamente “Segurança Social, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, mas também o poder local, as organizações não governamentais - inclusivamente as universidades, que têm estudos realizados nesta matéria e poderão dar um contributo

importante na conceptualização e operacionalização do processo de integração”. A mesma autora (Santinho, 2013) considera também que é necessária uma mudança de paradigma nas políticas públicas e nos cidadãos, em geral pois o grande desafio é não olhar para os refugiados numa perspetiva de assistencialismo e de vitimização, garantindo-lhes o direito ao reconhecimento como cidadãos, potenciando a sua intervenção cívica, cultural e relacional. “ O reconhecimento da sua voz ativa e a necessidade do seu envolvimento nas ações de integração são o meio mais eficaz para a realização de uma vida digna onde se respeitem na realidade – e não só na lei – os direitos humanos” (Santinho, 2013, p. 42).

A integração de refugiados nos países de acolhimento é um processo complexo e em construção contínua, dependente das teias relacionais e comunicativas que se vão estabelecendo. Segundo Machado (2002) citado por Zarro (2017, p. 18) “ a integração a longo prazo pode ser sinónimo da consolidação entre a população autóctone e as populações migrantes de um sentimento recíproco de pertença à mesma sociedade global”. A integração está, pois, intrinsecamente relacionada com o envolvimento e participação nas dinâmicas económica, cultural, educacional e cívica de uma sociedade.

Uma das dimensões que, na nossa perspetiva, se organiza como uma evidência desse processo é a construção de projetos de futuro (a médio e longo prazo) projetados nos contextos do país de acolhimento. Dependendo das experiências vivenciadas durante o período de acolhimento, os refugiados percebem de forma diferenciada a integração, desenvolvendo ou não uma perceção positiva e de confiança que condicionará as suas ações e os seus projetos.

Apesar das preocupações manifestadas acerca da capacidade de resposta da sociedade portuguesa, face à urgência de intervenção desde o verão de 2015, mais de 350 organizações portuguesas decidiram cooperar para dar resposta às necessidades dos refugiados dentro de portas, na Europa e nos países mais afetados por esta crise humanitária mundial. De acordo com Zarro (2017), Portugal tem vindo a demonstrar estar “um passo à frente” em matéria de vontade, empenho e coesão entre a sociedade civil no acolhimento de Refugiados. Por sua vez, os dados apresentados no Relatório de Avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento de Pessoas Refugiadas (ACM, 2017) indicam que Portugal é o sexto país da União Europeia com um maior número de refugiados acolhidos no âmbito do Programa de Recolocação (<http://migration.iom.int/europe/>). Até ao dia 29 de novembro de 2017, e após o termo formal do Programa a 26 de setembro, chegaram a Portugal 1520 cidadãos recolocados, 1190 provenientes da Grécia e 330 de Itália. Destes, 261 são agregados familiares e 533 são

menores.No que concerne à origem, destacam-se os recolocados sírios (833), iraquianos (338) e eritreus (311).

Um dos exemplos mais significativos na operacionalização de boas práticas no acolhimento e integração de refugiados no nosso país é assumido pela PAR. Este organismo nasceu da liderança e iniciativa da sociedade civil para dar uma resposta concertada à atual crise mundial de refugiados. Por sua vez, a Cáritas, organismo parceiro no caso descrito no presente artigo, é um dos membros fundadores da PAR, integrando a sua Comissão Executiva. É importante referir que, como reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol da integração dos refugiados em Portugal, o Parlamento Europeu atribuiu à PAR o «Prémio do Cidadão Europeu 2017».

Considerando a caracterização do caso em análise, é pertinente referir um dos eixos de atuação da PAR e que se relaciona mais diretamente com a integração de famílias de refugiados.A PAR “Famílias” é um projeto de acolhimento e integração de crianças refugiadas e suas famílias em Portugal, em contexto comunitário, através de instituições locais – IPSS, Autarquias, Associações, Instituições Religiosas, Escolas, entre outras – que assumem a responsabilidade face a uma família concreta.

De acordo com as informações disponíveis no Portal da PAR (o acolhimento das famílias assenta nos procedimentos abaixo indicados e que se organizaram como guião orientador do planeamento e intervenção junto da família analisada no presente artigo.

- A PAR promove o acolhimento de famílias por instituições. Esta opção prende-se com a complexidade e exigência deste acolhimento, que implica respostas em todas as vertentes como o alojamento, a alimentação adequada, o apoio de saúde, a educação, a aprendizagem do português e a ajuda na integração laboral dos adultos que compuserem o agregado. Não está considerado, por isso, o acolhimento em contexto doméstico.
- Alocação da Família à respetiva Instituição, garantindo que a instituição assegura a essa família todo o processo de acolhimento e integração ao longo de um ano, com um 2º ano de redução gradual de apoio, face à sua desejada autonomização progressiva.
- Acolhimento e integração tendo em vista a autonomia: a integração dos adultos no mercado de trabalho e das crianças na escola.
- Apoio na aprendizagem de português, na integração na escola da(s) criança(s), no acesso à saúde, na integração no mercado de trabalho.

3. A mediação intercultural e a integração de refugiados

Os fenômenos da globalização, diversidade e complexidade que caracterizam as sociedades contemporâneas tem mobilizado novas formas de convivência e de organização social no pressuposto da construção de sociedades em que o relacionamento e a comunicação entre pessoas de culturas diversas e identidades múltiplas seja uma oportunidade para o desenvolvimento pessoal, cultural e social. Os países atuais integram múltiplas formas de viver que são expressões de outras tantas culturas que reclamam a sua afirmação em espaços múltiplos e diversos.

Nos atuais contextos multiculturais a figura do mediador emerge como interveniente central na operacionalização de respostas adequadas e processos de comunicação integrada entre os intervenientes em relação/confronto.

A mediação intercultural procura, por um lado, valorizar e afirmar as diferenças culturais, étnicas e sociais dos grupos minoritários, de modo a consolidar a sua identidade e, por outro, dar a conhecer publicamente essas diferenças, de modo a que exista um reconhecimento da pluralidade constitutiva da própria sociedade, facilitando a inter-relação e intercompreensão entre os grupos. No contexto atual, a mediação intercultural tem vindo a impor-se como um recurso organizado, com o qual se pretende fortalecer a coesão e os laços sociais (<https://adcmoura.pt/pareescuteolhe/?p=273>, consultado a 03/02/2019).

Giménez (1997) propõe uma definição de mediação intercultural como uma modalidade de intervenção de partes terceiras em e sobre situações de multiculturalidade orientadas para o conhecimento do “Outro”, a aproximação, comunicação, compreensão, aprendizagem e desenvolvimento da convivência, a regulação do conflito e a adequação institucional, entre atores sociais etnoculturalmente diferenciados.

O mediador intercultural assume um papel complexo mas central nos processos de integração dos refugiados e, de acordo com Giménez (2010), deve ter uma conceção dinâmica da identificação do papel dos preconceitos e estereótipos na relação interpessoal e social que se medeia, das particularidades da comunicação intercultural e do conflito interétnico e das interrelações entre a pessoa, a sua situação e enquadramento cultural.

De acordo com o exposto, a mediação intercultural assume diferentes facetas mas o foco da nossa atuação foi a promoção da integração da família de refugiados tendo em vista

a sua participação social e cívica. Os mediadores envolvidos potenciaram os processos de comunicação, de educação e de regulação social entre as partes, gerando a possibilidade de negociação e mediação criadora de um espaço comum. A atuação inseriu-se na mediação comunitária que, na perspetiva de Almeida; Albuquerque & Santos (2012), tem como objetivos prevenir ou resolver conflitos, criar e reforçar a comunicação entre as redes de apoio, bem como promover o empoderamento individual e comunitário.

Foi sobretudo nossa preocupação assumir a definição de mediação explicitada por Maria José Casa-Nova (2009) quando refere que “Mediar” significa autonomizar os atores, criando condições para a construção de poder. Neste caso, autonomização e construção de poder significam possibilitar àqueles que são “mediados” uma aprendizagem potenciadora de uma autoresolução, uma prevenção de conflitos e uma aprendizagem em ação que se transforma em capacidade de atuação.

4. Plano de Intervenção e Metodologia

4.1. Questão de investigação

Poderá um planeamento e ação concertados, operacionalizados num processo de investigação- ação envolvendo diferentes serviços da comunidade (Caritas, Agrupamento de Escolas, Associação de Desenvolvimento Local, Unidade Local de Saúde e Instituição do Ensino Superior membro da RESMI) implementar um processo de integração positiva de uma família de refugiados e, muito particularmente, dos seus filhos no contexto escolar.

4.2. Objetivos

- Construir uma rede de articulação entre os serviços e parceiros responsáveis pelo processo de integração.
- Operacionalizar processos de coordenação partilhada para a definição de estratégias e ações tendo em vista a definição de um projeto escolar para as 7 crianças.
- Definir o papel e atuação concertadas entre os diferentes parceiros de forma a garantir a inclusão escolar e a aprendizagem das crianças.

- Monitorizar de forma contínua o processo de integração, envolvendo a família nesse processo.

4.3. Desenho metodológico

De acordo com os objetivos e o contexto de realização do estudo optou-se por operacionalizar uma investigação-ação. Esta metodologia permitiu cumprir o duplo objetivo de nos permitir conhecer e caracterizar a realidade em análise e intervir no sentido de implementar o processo de integração de uma família de refugiados, recém chegados à cidade de Castelo Branco, durante um período temporal de 1 ano e 4 meses. Tivemos como guia alguns dos procedimentos identificados no eixo de atuação “Famílias” da responsabilidade da PAR, bem como o suporte concetual e operativo da mediação intercultural explicitada no enquadramento do artigo.

Uma investigação-ação colaborativa tem como objetivo central a ação, envolvendo investigadores que são atores no(s) contexto(s) em análise. De acordo com Bryant (1995, p. 8) "collaborative action research can therefore be defined as a variety of stakeholders cooperating together to explore questions of mutual interest through cycles of action, experience and reflection, in order to develop insights into particular phenomena, create frameworks for understanding, and suggest actions which improve practice."

Este tipo de metodologia permite implementar com maior eficácia as mudanças pretendidas pois operacionaliza-se em processos integrados de ação e investigação tendo subjacente uma análise sistémica.

Considerando a complexidade do fenómeno em análise, o sucesso da nossa intervenção exigiu uma postura de envolvimento, comunicação fluida e análise ponderada das decisões, só possível de concretizar através de uma atitude de colaboração responsável entre os diferentes parceiros. É importante referir que, à data da realização da presente investigação, os organismos envolvidos tinham já construído uma rede de articulação, mobilizadora de uma intervenção comunitária fundamental para a coesão social na cidade de Castelo Branco.

4.4. Participantes no estudo

Foram participantes intervenientes na investigação-ação a Cáritas Interparoquial de Castelo Branco, através da sua diretora e psicóloga estagiária, o Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, através do seu diretor e professoras envolvidas mais diretamente na

lecionação das crianças; a Associação de Desenvolvimento Local Amato Lusitano, através da sua diretora e técnicas do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM); Unidade Local de Saúde, através da psicóloga da Consulta de Desenvolvimento, o Instituto Politécnico de Castelo Branco, através de um dos membros da equipa da RESMI e a Família JS.

A Família JS é originária da Síria e integra 9 membros (os pais e sete filhos menores, com idades entre os 5 e os 15 anos, à data de chegada a Castelo Branco, ou seja, em Setembro de 2017. A Tabela 1 sintetiza alguns dados de caracterização dos elementos da família, designada por JS, de acordo com os documentos que apresentaram à Cáritas, no momento da sua chegada.

Tabela1: Identificação e data de nascimento de cada elemento do agregado familiar

Elemento do agregado	Nome	Data de Nascimento
Pai	S	25/05/1980
Mãe	F	15/11/1985
Filho	A	15/01/2004
Filho	J	10/01/2006
Filha	AM	10/12/2007
Filha	NO	01/01/2009
Filho	M	01/06/2011
Filha	E	02/03/2013
Filha	N	01/01/2014

4.5. Procedimentos

- Realização de reuniões regulares com o objetivo de avaliar o processo de integração, reorganizar estratégias e analisar alternativas de intervenção;
- Observação e avaliação contínua das crianças, aferindo a sua evolução e dificuldades;
- Operacionalização de medidas que pretendiam dar resposta a ansejos manifestados pelos pais ou pelas crianças.
- Respeitar os procedimentos éticos relativos a um estudo desta natureza. A identificação dos organismos envolvidos foi devidamente autorizada pelos participantes no estudo e que integram os diretores ou responsáveis

institucionais. Respeitámos o anonimato da família e os pais S e F assinaram um consentimento informado no momento da realização das entrevistas formais, na presença da tradutora.

4.6. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

- Entrevistas formais e informais aos pais e crianças;
- Observação participante;
- Notas de campo;
- Evidências de aprendizagem na escola (desenhos, textos...);
- Registos de Incidentes Críticos;
- Escalas e testes psicológicos padronizados (WISC – sub escala de realização, considerando as dificuldades de domínio da língua portuguesa; Prova Era uma Vez)

5. Apresentação do caso

5.1. Introdução

A crise de solidariedade com refugiados tornou-se um problema político e humanitário nos últimos anos. Em consequência da guerra sabe-se que, no fim de 2016, a população global de refugiados atingiu o patamar de 22,5 milhões de pessoas, nível mais alto registado em duas décadas, de acordo com o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Em resposta a esta problemática têm sido estabelecidos acordos entre diversas entidades responsáveis, com vista à admissão de refugiados em Portugal. O Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Cáritas Interparoquial de Castelo Branco, é exemplo disso, e resultado das medidas de reinstalação de refugiados provenientes do compromisso do Estado português junto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em articulação com a Plataforma de Apoio aos Refugiados.

5.2. Caracterização do processo de acolhimento

5.2.1. O percurso da família até à sua chegada a Castelo Branco

Como nota prévia, é importante referir que as informações relativas à família antes da sua vinda para Portugal foram obtidas através de duas entrevistas realizadas a S e F, em dois momentos: aquando da sua chegada e, posteriormente, no mês de dezembro de 2018, após 15 meses de vivência na cidade que os acolheu. Para o efeito foi elaborado um guião de entrevista (Anexo A). A oportunidade de ouvirmos a voz e o sentir destes intervenientes foi fundamental mas apoiada pela presença de uma tradutora que permitiu captar com maior rigor o sentido das palavras.

Em setembro de 2017, acolhemos em Castelo Branco uma família originária da Síria, constituída por um agregado familiar de 9 pessoas, em concreto os pais e 7 crianças menores. A família viveu na cidade de Aleppo até 2014, onde tinham casa própria, e uma situação financeira estável. O pai, S, era empresário no ramo do calçado, a mãe, F, era doméstica ficando em casa para cuidar dos três filhos mais novos. Por sua vez, os três filhos mais velhos, respetivamente A, J e AM frequentavam a escola. Em 2014, em consequência dos conflitos armados, que ameaçaram a população e instalaram o caos na cidade, a escola frequentada pelas crianças foi destruída e a insegurança instalou-se. Face a isto, S, de 33 anos na referida data, F, de 28 anos, A de 9 anos, J de 7 anos, AM de 6 anos, NO de 4 anos e N de 1 ano, deslocaram-se para Gaziantep, na Turquia.

De acordo com o relato da mãe, permanecer em Aleppo tornou-se insuportável. O barulho das explosões era contínuo, muitas das casas à sua volta estavam destruídas e, nos últimos dias, deixaram de ter luz e água. Os dois filhos mais velhos, mais conscientes do que estava a acontecer no país, sentiam-se perturbados mas A, de uma forma muito particular, demonstrava sentimentos de medo e fúria, ficando particularmente agitado com o barulho das bombas. A saída, conjuntamente com outros moradores no mesmo bairro, foi apoiada pelo “Exército Livre”. Decorreu durante a noite, de uma forma quase clandestina, não havendo tempo de “fazer as malas”.

O destino na Turquia foi a cidade de Gaziantep, onde os pais de F já se tinham instalado, aquando da sua saída anterior da Síria por razões de saúde. Passado um mês, conseguiram arrendar uma casa pois o pai recuperou o seu negócio na área do calçado devido a contactos comerciais anteriores com alguns Turcos. Os dois filhos mais velhos trabalhavam 3 horas por dia numa oficina de carpintaria e, durante a tarde, ficavam em casa, “explorando” aventuras num computador que o pai conseguiu comprar. A AM e NO começaram a frequentar a escola depois da obtenção de alguns documentos oficiais, permanecendo as

crianças mais novas com a mãe em casa. A adaptação à nova realidade foi acontecendo progressivamente e, em 2014, nasceu a filha mais nova do casal. Referem com orgulho que conseguiram sobreviver com alguma qualidade de vida e sem nenhum apoio por parte do governo turco.

Em 2015, a família teve conhecimento do programa de reinstalação, no qual se inscreveu. Motivados pela esperança de uma vida melhor na Europa, após 3 anos, conseguiram viajar para Portugal. Um dos aspetos que foi realçado como motivador da sua saída foi o facto dos filhos mais velhos não terem tido oportunidade de prosseguir a sua escolaridade na Turquia, acreditando também que na Europa haveria mais oportunidades educativas para todas as crianças.

5.3. A inclusão da família na comunidade

A Família J. Foi acolhida pela nossa instituição no âmbito do projeto de acolhimento já referido, denominado “Cáritas Acolhe”, que se prolonga por um período de 24 meses. A integração no país e na nossa sociedade visa a promoção de uma cultura de acolhimento e inclusão, assente numa Sociedade Civil forte, bem organizada e bem informada (Plataforma de Apoio aos Refugiados, 2016). Assim, as instituições de acolhimento colocam em prática procedimentos que visam a salvaguarda dos direitos dos refugiados e seguem as normas postuladas para o acolhimento destas populações vulneráveis. Nesse sentido, quando a família chegou a Castelo Branco foi-lhe apresentada uma casa de habitação social, pertencente à Câmara Municipal de Castelo Branco. A casa foi equipada com os bens materiais essenciais, incluindo electrodomésticos e foi entregue à família. Foi entregue um cabaz alimentar, sendo explicado à família que mensalmente teriam o apoio alimentar por parte da instituição, sendo este constituído por um saco de bens perecíveis. Desde então, iniciou-se um trabalho conjunto de integração, em articulação com diversas instituições. Assim, no que respeita ao apoio social, a família foi, desde a chegada, acompanhada por técnicas de serviço social da Cáritas e do gabinete CLAIM da Associação Amato Lusitano, bem como por uma psicóloga da Cáritas. Procedeu-se à inscrição no Centro de Saúde local, à obtenção de número do Sistema Nacional de Saúde, à inscrição na Segurança Social, além de terem sido operacionalizados os procedimentos necessários para a obtenção dos apoios sociais de direito. Foi ainda efetuado o acompanhamento aos diversos serviços, para a obtenção de documentos, às consultas médicas, vacinações e à realização de exames médicos.

No que respeita à integração escolar, foram planeadas e postas em práticas medidas com o objetivo de que o percurso destas crianças fosse o mais próximo de uma educação inclusiva. Assim, numa primeira fase, os menores foram integrados na Escola do Castelo, a qual pertence ao Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva. Trata-se de uma escola com Jardim de Infância e Primeiro Ciclo que, numa fase de integração primária das crianças, apresentou-se como a resposta mais adequada. Assim, no dia 20 de setembro, as três crianças mais novas da família iniciaram a frequência do Jardim de Infância da escola. Os restantes menores iniciaram as aulas quando a professora de língua não materna iniciou o seu trabalho na escola, dia 3 de Outubro de 2017. Neste sentido estas crianças passaram a ter aulas tanto ao nível de aprendizagem da língua e cultura portuguesa, como posteriormente de matemática, estudo do meio e expressão artística, para que mais tarde, pudessem então ser integradas em turmas de acordo com o nível etário e competências adquiridas.

Foi dada a conhecer à família a possibilidade de frequentarem aulas de português para estrangeiros, ministradas por uma professora voluntária, na Amato Lusitano Associação de Desenvolvimento. Trata-se de aulas de língua portuguesa de nível básico e com uma carga horária semanal de 2 horas. A mãe, FA, iniciou ainda uma Ação de Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros, no âmbito do Programa PPT- Português para Todos. O pai, S, inscreveu-se no Centro de Emprego em Outubro de 2017 e celebrou um contrato de emprego de inserção com a Câmara Municipal de Castelo Branco, tendo o mesmo a duração de nove meses. Assim, a 13 de outubro de 2017, iniciou atividades, as quais se enquadravam na área de manutenção e reparação de espaços públicos, jardins e espaços verdes. Para além disto, tem sido aproveitado o contexto escolar das crianças para um acompanhamento psicológico quer a nível de promoção da saúde mental destas, aferição do nível de adaptação das mesmas, bem como a nível de competências cognitivas e desenvolvimento socioemocional.

5.4. Perfil desenvolvimental e aspetos socioemocionais das crianças

No que respeita ao perfil desenvolvimental das crianças da família, e de acordo com as observações, notas de campo e avaliações realizadas nos primeiros meses de integração no contexto escolar, verificou-se a existência de grandes disparidades entre a fratria. Enquanto as crianças mais novas não evidenciaram problemas significativos de regulação

socioemocional ou de desenvolvimento cognitivo, constatou-se que os dois filhos mais velhos do casal evidenciavam algumas dificuldades nestes domínios. Em concreto, desde as primeiras semanas em Portugal que foi claro que A, o filho mais velho da fratria de sete crianças, apresentava alguns comportamentos de inconformidade perante a mudança e para com a estadia em Portugal. Eram comuns os episódios de raiva e indignação, episódios de comportamento agressivo e descontrolado, tanto em contexto familiar, como na convivência com técnicos ou na escola. As suas reações eram imprevisíveis, salientando-se que, em situações de contrariedade das suas vontades ou desejos, a sua tolerância à frustração era extremamente baixa. Era assim evidente a falta de mecanismos de *coping* adequados e ferramentas de resolução de problemas. De acordo com as notas de campo organizadas pela professora “ *Desde o início, todos têm demonstrado real interesse em aprender a Língua Portuguesa, sendo A quem mais resiste e quem se recusa a executar algumas das tarefas propostas. É notória e evidente a sua contrariedade em estar na escola, em desempenhar tarefas escolares, em obedecer a regras, em cumprir deveres e em respeitar quem o rodeia ” (...)*Na escola, foi demonstrando insatisfação, desagrado e tédio. Quando questionado acerca do seu estado emocional, sentindo-se incomodado, proferia um discurso agressivo, acompanhado de muitos gestos. Referiu, por diversas vezes, que pretende voltar para a Turquia para posteriormente voltar para a Síria, o seu lugar. Face a este comportamento, os seus irmãos mantêm-se em silêncio, de olhar triste e rosto fechado. (...) É um jovem adolescente emocionalmente muito instável e com bastante dificuldade em regular as suas emoções. Consegue passar de um estado de euforia para um estado de agressão em poucos minutos, ofendendo verbalmente quem o rodeia, fazendo frente com um olhar ameaçador. Urge um acompanhamento psicológico que o ajude a regular as suas emoções e a desenvolver alguns mecanismos de defesa relativamente às memórias, às vivências e às cicatrizes que trouxe da infância ”.

Durante um período de aproximadamente cinco meses A reafirmava o seu desagrado por estar em Portugal manifestando o desejo de regressar à Turquia onde, de acordo com a sua versão dos factos, tinha já estabelecido relações de amizade. Face a estes problemas, iniciou-se um processo de acompanhamento médico por uma pedopsiquiatra do Hospital Pediátrico de Coimbra - Centro Hospitalar de Coimbra, EPE, e de apoio psicológico pelas psicólogas da Cáritas e da Consulta de Desenvolvimento da ULS de Castelo Branco, ainda que com alguma resistência inicial por parte de A.

Por sua vez, o segundo rapaz da fratria, designado por J, evidenciou desde início uma atitude sociável e disponível com os técnicos e professores, não obstante o seu comportamento se pautar por sucessivas chamadas de atenção. Para além disto, desde o início da frequência escolar, expressou desagrado e dificuldade com o cumprimento das regras da sala de aula e a incapacidade de realizar as tarefas escolares. Manifestava o seu descontentamento perante a frequência da escola, referindo muitas vezes não ter as competências para aprender ou fazer as tarefas requeridas. No domínio relacional destaca-se a presença de um desejo da aceitação pelos pares. A análise do seu comportamento por parte de alguns elementos da equipa evidenciou uma imaturidade cognitiva e socioemocional, tendo sido identificada a necessidade de uma atenção particular e de uma avaliação formal das suas competências.

Apesar da família, ao momento da sua chegada, não ter documentação comprovativa do percurso escolar das crianças, os dados recolhidos através de entrevista e de conversas informais com os pais permitiram saber que os dois filhos mais velhos não tiveram qualquer frequência escolar no tempo da sua permanência na Turquia. Foram também os dois filhos mais velhos que vivenciaram de uma forma mais consciente os horrores da guerra na Síria e os momentos de medo e insegurança que acompanharam a fuga da família até à Turquia. Situados num turbilhão de emoções contraditórias e de vivências marcadas pela desconfiança e incerteza, confrontam-se com dificuldades em mobilizar as suas competências adaptativas, apresentando, contudo, formas diferenciadas de revelar as suas angústias e inseguranças.

AM, a primeira rapariga da fratria, estabeleceu, durante os primeiros meses, pouca interação com as pessoas que conheceu em Portugal, nomeadamente técnicos. Para além disto, o contexto de convívio social com muitas pessoas parecia ser ansiógeno para si, evidenciando, nos primeiros meses, alguma desconfiança subjacente a algumas situações com os técnicos e professora. Constatou-se que, em algumas situações, a presença dos irmãos mais velhos era um fator inibitório para AM., restringindo a sua interação e autonomia. No entanto, no decorrer do período de integração, a progressiva independência dos irmãos e a realização de atividades de promoção da sua autoestima contribuíram para uma evolução positiva nas suas competências relacionais, no domínio das ferramentas de gestão de problemas, bem como uma melhoria na sua autoconfiança. No contexto escolar AM mostrou-se interessada e empenhada em aprender e verbalizou ter o objetivo de prosseguir os estudos até ter uma profissão de que gosta, como é o caso da profissão de professora. No decorrer do

período de integração AM foi-se revelando mais curiosa, autónoma e protetora dos irmãos mais novos.

Não. é uma menina sociável, curiosa e determinada, apesar dos seus 10 anos de idade. Demonstrou uma evolução significativa nas aprendizagens escolares e, em especial, na aquisição da língua, sendo inclusivamente, por diversas vezes, um veículo de transmissão das informações que os pais queriam participar aos técnicos. Ao longo do ano foi revelando motivação, envolvimento e competências que a distinguiam dos seus irmãos, em geral. Quando questionada disse gostar de Portugal e da escola e referiu ter planos para o futuro, dizendo querer estudar e ser médica. As notas de campo da professora referem que “de todos os irmãos, é a que revela uma maior apetência para a aprendizagem da Língua Portuguesa, mas também a que revela uma maior facilidade no cálculo, escrito e mental, e em situações problemáticas, apresentando um raciocínio manifestamente rápido. (...) Tem conseguido manter uma boa relação com todas as crianças da escola, exteriorizando alguma desilusão e tristeza aquando das discussões e antipatias desencadeadas pelos e com os irmãos mais velhos”.

MO foi a criança mais nova (7 anos) a ser inserida no contexto escolar de aprendizagem formal. Era uma criança um pouco retraída em contextos sociais e escolares, com elevada timidez durante os primeiros meses. De acordo com as notas de campo da professora “na sala de aula, o seu olhar vai sempre em direção às irmãs, em busca de ajuda para as tarefas propostas. (...) Tem sido o mais protegido pelos irmãos que consentem as suas birras, os seus amuos (...) retardando a sua autonomia”. No entanto, no decorrer do ano escolar, demonstrou uma boa adaptação ao contexto de sala de aula e demonstrou a aquisição de aprendizagens básicas. A opção por o colocar junto dos seus irmãos mais velhos teve como critérios o facto de poder desenvolver competências na língua portuguesa fundamentais à sua inserção posterior no 1º ciclo do Ensino Básico. É importante referir que a professora teve sempre o cuidado de planificar algumas atividades de aprendizagem adequadas ao seu nível de desenvolvimento.

E e NA, as filhas de 3 e 4 anos, adaptaram-se facilmente ao contexto de jardim-de-infância, mostraram boas competências de sociabilização com outras crianças e um desenvolvimento socioemocional adequado à faixa etária.

5.5. O desenrolar do processo de inclusão escolar e comunitária

De acordo com o memorando da 5ª Reunião dos parceiros envolvidos no apoio à integração da Família J., realizada a 18 de outubro de 2018, ou seja, passado 13 meses da sua chegada a Castelo Branco, o ponto da situação relativamente ao processo de integração e transição escolar das crianças era o seguinte:

- O filho mais velho, designado por A, estava a iniciar um Curso de Educação e Formação (CEF) na Escola Amato Lusitano, prosseguindo uma via mais profissionalizante. Esta decisão teve em consideração a opinião dos diferentes intervenientes no processo, nomeadamente a opinião dos pais e de A que, a partir do 2º período do ano letivo anterior, demonstrou o desejo de sair da Escola do Castelo pelo facto de ser um estabelecimento frequentado apenas por crianças do pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico.

A mudança no percurso escolar de A apoiou-se, portanto, na caracterização etária e comportamental do adolescente, bem como no percurso realizado no passado ano letivo, já que no 3º período do ano letivo anterior A conciliou a frequência da Escola do Castelo, durante as manhãs, de forma a reforçar as suas competências na Língua Portuguesa, com a ida diária à Escola Afonso de Paiva onde frequentou aulas de música e atividades em clubes extra-curriculares, com alunos do 2ª ciclo do Ensino Básico.

Em geral, a integração na Escola Amato Lusitano estava a ser positiva apesar do seu comportamento continuar a revelar alguma instabilidade e dificuldades em controlar a expressão de emoções negativas. Continuava a ser seguido em consulta de pedopsiquiatria, em Coimbra, mas reduziu a necessidade de fazer uso de medicação e a regularidade das consultas.

- J, 2º irmão da fratria, e AM, a criança de género feminino mais velha, estavam ainda a frequentar a Escola do Castelo mas aguardavam a transição para a Escola Afonso de Paiva, no final do mês de outubro, onde estava prevista a frequência de algumas disciplinas da área das expressões, numa turma do 5º ano. Paralelamente, estava programado o apoio fora da sala de aula nas áreas da matemática e das ciências naturais, bem como a frequência de alguns clubes, tendo em vista o desenvolvimento de competências transversais fundamentais para o seu processo de socialização e o reforço das competências na Língua Portuguesa.

Foi referida, mais uma vez, a necessidade de J ser avaliado pela equipa de educação especial, considerando os dados da avaliação psicológica realizada e as dificuldades que continua a manifestar no processo de aprendizagem.

A decisão sobre a transição destas duas crianças para uma nova escola teve na sua base não só o seu nível etário mas também algumas preocupações relativamente ao seu percurso desenvolvimental. Os diferentes intervenientes consideraram que esta mudança, mesmo que não isenta de algumas preocupações e alguma necessidade de apoio, lhes iria permitir desenvolver algum sentido de afirmação pessoal e de autonomia, pelo facto de poderem contactar com crianças mais próximas do seu nível etário, constituindo modelos de identificação importantes.

O facto de A ter transitado para uma escola diferente e considerando o seu poder sobre os seus irmãos mais novos, pode também potenciar a AM e J uma maior afirmação da sua identidade e autonomia.

- N continuava a frequentar a Escola do Castelo, integrada numa turma do 2º ano de escolaridade. Esta criança continuava a revelar competências e motivação no processo de aprendizagem, sendo o caso de maior sucesso de inclusão no contexto escolar. Revelava um domínio adequado da língua portuguesa e também competências de ajustamento socioemocional.

De acordo com este perfil, e no seguimento de uma decisão já ponderada na reunião de julho, há a possibilidade de transitar para o 3º ano de escolaridade, no decurso do presente ano letivo, se a sua evolução continuar a ser positiva.

Foi ainda referida a possibilidade da N começar a frequentar uma academia ou clube de ginástica, considerando o seu interesse e competências evidenciadas nesta área.

- O MO está também integrado numa turma do 1º ano de escolaridade, na Escola do Castelo.

De acordo com o exposto, após um ano da sua vinda para Castelo Branco, as crianças que no passado ano letivo estiveram juntas numa turma com o apoio de uma professora que pretendeu garantir a aprendizagem da língua portuguesa, transitaram para outras turmas de acordo com o seu nível etário e competências adquiridas, estando a iniciar um percurso escolar mais próximo de uma educação inclusiva. Este ano letivo foi colocada uma outra professora para garantir o apoio na aprendizagem da Língua Portuguesa mas a sua intervenção decorre no contexto espacial e temporal do funcionamento das turmas que as crianças frequentam.

Se no momento de acolhimento, perante um ambiente estranho, pleno de desafios socioculturais, emocionais, cognitivos e linguísticos, foi importante que os elementos da fratria se mantivessem juntos no mesmo espaço escolar e com a mesma professora,

garantindo a continuidade de cumplicidades e da dinâmica relacional estabelecida entre eles, foi também importante ponderar a progressiva transição para diferentes contextos de acordo com o seu nível desenvolvimental, assegurando, ao mesmo tempo, o contacto com outras aprendizagens e novas interações sociais. A professora desempenhou um papel primordial como figura securizante, assegurando a transição para a comunicação, a convivência e a exploração do “novo mundo”. Reforçando essa análise, evidenciamos o facto de a professora manter o contacto com as crianças através de uma rede social e de mensagens de telemóvel, continuando a acompanhar o percurso que ajudou a iniciar. Desde o final do ano letivo transato, a professora realizou duas visitas à família, a pedido das crianças e da sua mãe.

Optamos por colocar em anexo (Anexo B) algumas evidências de produções realizadas pelas crianças no contexto escolar com o objetivo de reforçar alguns dos aspetos analisados sobre o seu percurso de aprendizagem.

6. Análise Final – Constrangimentos e Evidências de Sucesso

A realização do estudo revelou-se um desafio aliciante mas complexo. Por sua vez, a tarefa de sintetizar de uma forma objetiva os resultados de uma investigação ação assente nas representações e ações de múltiplos intervenientes, na necessidade de dar respostas e encontrar soluções para situações complexas mas sem “manual de procedimentos” é o objetivo deste ponto.

A análise da situação escolar das diferentes crianças revela que fizeram progressos notáveis na aprendizagem da língua portuguesa, base estruturante da aquisição de diferentes áreas do conhecimento. Por outro lado, no presente ano letivo, iniciaram um percurso escolar mais adequado às especificidades do seu nível etário e características individuais, deixando de estar juntas numa única turma.

A aprendizagem da língua do país de acolhimento é a “pedra de toque” da integração. Este processo decorreu de forma diferenciada nas várias crianças, tendo-se revelado um processo mais complexo para A e JO, os filhos mais velhos da família. As razões para esse facto são múltiplas mas evidenciamos as que identificamos como mais significativas:

- Os elementos mais velhos da fratria tinham já adquirido um domínio mais profundo da língua síria aquando da sua saída desse país, bem como um processo de interiorização de valores, crenças e tradições do seu país de origem.

- Essas duas crianças estiveram privadas de educação formal durante os três anos em que permaneceram na Turquia. Este facto pode ter contribuído para a inibição de mecanismos motivacionais e cognitivos fundamentais ao processo de aprendizagem.

- No caso de A, os factores emocionais descritos anteriormente terão contribuído para ser o elemento da família que demonstrou maior resistência à permanência em Castelo Branco e, concomitantemente, uma reacção negativa ao processo de socialização e de aprendizagem associados a esse contexto. Continua a ser o elemento da família que manifesta algum desajustamento e mal-estar, manifestando ainda alguns comportamentos de oposição. Contudo, evidencia também um percurso positivo traduzido no facto de, actualmente, já não necessitar de acompanhamento regular pela pedopsiquiatra do Hospital Pediátrico de Coimbra.

Realçamos também o facto de ser o caso em que tem sido mais complexa a definição e operacionalização de um projecto escolar e vocacional, garantindo a construção de um percurso de integração. Os seus quinze anos, a vivência plena da adolescência e uma identidade marcada por situações traumáticas, vivenciadas com revolta e sentimentos de impotência, são fatores a considerar. Se os associarmos a uma organização do sistema escolar português com dificuldades em dar resposta a situações particulares, como é o caso de A, percebemos a necessidade de continuarmos a dedicar-lhe um olhar atento e contínuo.

Destacamos também alguns dados sobre J, 2º irmão da fratria, e AM, a criança de género feminino mais velha, que transitaram para a Escola Afonso de Paiva, em outubro de 2018. Neste momento já estão integrados numa turma a frequentar as várias disciplinas do 5º ano de escolaridade, continuando, paralelamente, com um apoio mais personalizado na aprendizagem da Língua Portuguesa e da Matemática.

Em geral, todas as crianças estão a realizar progressos nas aprendizagens formais e revelam alguma integração social no contexto educativo. AM relata o desejo de ter mais amigas mas, analisando o percurso realizado até este momento, consideramos que esse processo decorrerá a par da progressiva conquista de autoconfiança e autonomia que tem vindo a construir.

Decorrente dos dados apresentados, podemos afirmar que a inclusão escolar das sete crianças evidencia um sucesso significativo, só possível graças ao compromisso

protagonizado pelo diretor do Agrupamento, ao profissionalismo dos professores e coordenadora de escola, bem como a articulação estabelecida entre os diferentes organismos. É importante constatar que, entre os constrangimentos que atravessam a escola pública, há evidências de respostas integradas e adequadas aos desafios complexos da sociedade atual.

Evidenciamos ainda, como dimensão facilitadora dos resultados alcançados, a atitude que os pais têm manifestado valorizando a importância da aprendizagem e o papel da escola nesse processo.

Centrando-nos na análise do sistema familiar, constatámos que se os primeiros meses na cidade de Castelo Branco evidenciaram uma estrutura fechada ao mundo exterior, hierárquica e rígida na distribuição de funções e poder, se tem verificado uma progressiva abertura aos sistemas envolventes. Para além de fatores culturais que condicionam os modelos de organização dos sistemas familiares, podemos associar o funcionamento familiar inicial à necessidade da família se manter unida perante as adversidades que vivenciaram, sentindo ser necessário manter uma atitude de alguma desconfiança perante as “ameaças” exteriores. Entretanto, foram progressivamente construindo uma relação de confiança com os diferentes interlocutores envolvidos no apoio à sua integração, assistindo-se a uma progressiva autonomia dos diferentes membros da fratria, geradora de novas dinâmicas familiares. Um dos exemplos de “abertura” evidenciada pela família traduz-se nos convites para alguns dos participantes no estudo visitarem e almoçarem na casa da família ou na sua participação no magusto organizado pela Associação de Desenvolvimento Amato Lusitano e aberto à comunidade.

A família aguarda a chegada de mais um elemento que vai nascer no início de abril e, de acordo com os dados recolhidos na entrevista realizada em dezembro, gostariam de continuar em Castelo Branco depois de terminado o período de acolhimento (Setembro de 2019). Referiram que se sentiram sempre bem acolhidos, considerando que têm encontrado uma grande “humanidade” nas pessoas com quem têm interagido, realçando o facto de estarem muito gratos a todos os que contribuíram para que as crianças se sintam envolvidas e motivadas na escola.

Existe, contudo, um constrangimento relacionado com o facto do pai, S, estar neste momento desempregado. No período em que esteve a trabalhar na Câmara de Castelo Branco revelou alguma dificuldade em cumprir os horários, argumentando que tinha que acompanhar os filhos nas suas idas ao médico ou em outras situações. Acabou por abandonar o emprego por decisão própria, considerando alguns problemas de saúde e alegando a dureza do

trabalho. É importante ter em consideração o facto de S ser anteriormente trabalhador por conta própria no ramo do calçado, podendo definir as regras e horário de trabalho. Na entrevista referiu também que gostaria muito de começar novamente a trabalhar e que seria importante ser no ramo onde se sente mais competente, contudo revelou-se disponível para outras áreas de trabalho desde que não exija um esforço físico desadequado ao seu problema de saúde.

A situação laboral do pai assume, na nossa perspetiva, um papel central no processo de integração de toda a família pelo que a diretora da Cáritas, em coordenação com a Associação de Desenvolvimento Amato Lusitano, está preocupada em analisar as alternativas de trabalho disponíveis. Será um processo que necessita ser negociado com o casal, valorizando o seu papel para o equilíbrio e bem-estar da família. Permanecer na comunidade que os acolheu após o período formal de acolhimento permitirá reforçar as aprendizagens já alcançadas, a construção de um sentimento de estabilidade e continuidade relacional, garantia de confiança e de investimento num projeto de vida.

Considerações Finais

O estudo apresentado pretende ser um contributo centrado numa descrição reflexiva sobre um caso único, evidenciando o percurso de acolhimento e integração de uma família de refugiados numa cidade do interior de Portugal. Apoiou-se numa investigação-ação colaborativa pois o seu objetivo primordial foi “pôr em marcha” um processo que desse resposta às inquietudes e necessidades dos seus participantes.

O acolhimento e integração de famílias de refugiados em Portugal é uma realidade que só recentemente assume alguma visibilidade e significado no contexto social nacional.

O número ainda inexpressivo de refugiados tem contribuído para a ausência de estudos académicos e de reflexões sobre as vivências e as dificuldades sentidas no processo de integração no território português. Sendo um fenómeno socialmente complexo, mobiliza a capacidade da sociedade civil e de diferentes organismos sociais se articularem numa atitude de disponibilidade, aceitação da diferença e compreensão empática. Subjacentes a estes aspetos estão as políticas governamentais e os recursos afetados à integração de refugiados que condicionam a criação de condições promotoras da capacitação dos refugiados e da sua intervenção cívica e social.

Segundo o *European Council on Refugees and Exiles*, referido por Zarro (2017), a integração é um processo dinâmico e recíproco implicando deveres tanto para a sociedade de acolhimento como para o indivíduo e/ou comunidades envolvidas.

Por sua vez, Capucha (2005) considera que estar integrado numa sociedade enquanto cidadão implica cinco vertentes:

- a) O acesso a níveis de rendimento que garanta o consumo mínimo de bens e serviços;
- b) A participação no mercado de trabalho, com os direitos próprios da lei laboral, bem como um estatuto socialmente valorizado;
- c) O acesso à educação e à aprendizagem ao longo da vida;
- d) Assegurar aos membros dependentes das famílias o acesso aos equipamentos sociais, por forma a assegurar a sua qualidade de vida, a participação na vida pública, inserção no mercado de trabalho e partilha das responsabilidades domésticas;
- e) O usufruto de uma habitação dotada de condições de conforto mínimo, num meio envolvente com infraestruturas e imagem positiva, que fomente as relações sociais e o enriquecimento do capital social.

Recordando a questão de investigação subjacente ao presente estudo - Poderá um planeamento e ação concertados, operacionalizados num processo de investigação-ação envolvendo diferentes serviços da comunidade implementar um processo de integração positiva de uma família de refugiados e, muito particularmente, dos seus filhos no contexto escolar - pensamos poder afirmar que foi possível iniciar um percurso que vai ao encontro de dimensões estruturantes do processo de integração da família JS. Na análise efetuada destacámos os aspetos mais positivos do percurso desta família em território nacional mas identificámos também constrangimentos e dificuldades.

O delineamento da pesquisa revelou-se adequado às circunstâncias e aos objetivos do estudo, permitindo organizar dados, definir estratégias e implementar dinâmicas promotoras do processo de integração e, paralelamente, o desenvolvimento pessoal e/ou profissional dos intervenientes.

Pretendemos, contudo, afirmar a necessidade de prosseguir a investigação-ação iniciada pois é fundamental continuar a monitorizar o processo e definir estratégias que sustentem a manutenção e o desenvolvimento da integração dos diferentes membros da família JS. Há também a decisão de estender o estudo a outra família de refugiados sírios, acolhidos mais recentemente pela Cáritas Interparoquial de Castelo Branco, bem como de partilhar a experiência desenvolvida com profissionais e organismos em outros locais do território nacional.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, H., Albuquerque, C.; Santos, C. (2012), Dinâmicas processuais e estratégicas da mediação em contextos de conflito e de mudança social, comunicação apresentada no *VIIIth International Conference of the World Mediation Forum “Tiempo de mediación, Liderazgo y Accion para el Cambio”*, realizado entre 18 e 21 de Outubro de 2012, Valência (Disponível em https://www.researchgate.net/publication/323784524_Dinamicas_processuais_e_estrategicas_da_mediacao_em_contextos_de_conflito_e_de_mudanca_social).
- Alto Comissariado para as Migrações (2017). Relatório de Avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento de Pessoas Refugiadas.(Disponível em https://www.acm.gov.pt/documents/10181/27754/Relatorio_Acolhimento+Pessoas+Refugiadas_Dez.2017.pdf/d21546b3-7588-483d-92a3-fa8185d61b5b).
- Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Mora (2015). A Mediação Intercultural. Portal Pare, Escute e Olhe. (disponível em <https://adcmoura.pt/pareescuteolhe/?p=273>).
- BRYANT, P. (1995). Collaborative Action Research – On the cutting edge. Disponível em https://www.uleth.ca/dspace/bitstream/.../Bryant_Paul.pdf?...1...
- CAPUCHA, L. (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta Editora.
- CASA-NOVA, M. (2009). A Mediação Intercultural e a Construção de Diálogos entre Diferentes: Notas soltas para reflexão. (Comentário ao Painel: Mediação Intercultural). (Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/.../contributos_de_maria_jose_casa_nova.pd...

- GIMÉNEZ, R. (1997). La Naturaleza de la Mediación Intercultural. *Migraciones*, 2. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas.
- GIMÉNEZ, R. (2010) *Interculturalidade e Mediação*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.
- International Organization for Migration (2017). *International Migration Report*. United Nations.(Disponível em http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf).
- MCGREGOR, E.; Ragab, N. (2016). *The Role of Culture and the Arts in the Integration of Refugees and Migrants*. (Disponível em <https://www.merit.unu.edu/publications/uploads/1473335881.pdf>).
- Plataforma de Apoio aos Refugiados (2016). *Relatório de Atividades Set 2015 a Dez 2016*. [online] Lisboa, p.4. (Disponível em: http://www.refugiados.pt/wp-content/uploads/2018/06/Relatorio_PAR_2015-6.pdf / consultado a 22/12/2019).
- Plataforma de Apoio aos Refugiados (2019). (<http://www.refugiados.pt/a-crise-dos-refugiados/> consultado a 27/01/2019).
- PASIKOWSKA-SCHNASS (2017). *At a glance. Integration of Refugees and Migrants: Participation in Cultural Activities*. European Parliamentary Research Service Blog. (Disponível em <https://epthinktank.eu/2017/02/08/integration-of-refugees-and-migrants-participation-in-cultural-activities/>).
- SANTINHO, M. (2013) Afinal, que Asilo é este que não nos protege? Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- United Nations Refugee Agency (2002). *Refugee Resettlement – An International Handbook To Guide Reception and Integration*. (disponível em <https://www.unhcr.org/protection/resettlement/4a2cfe336/refugee-resettlement-international-handbook-guide-reception-integration.html>).
- ZARRO, S. (2017). *Perspetivas de Integração por parte dos Refugiados numa Comunidade do Litoral de Portugal*. Dissertação de Mestrado. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria. (disponível em <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/3020/1/DissertacaoMestradoSusanaZarro.pdf>).

Anexo A: Guião da entrevista aos pais da família JS

No âmbito do estudo sobre o processo de integração da vossa família e, em especial das crianças na escola, é importante conhecermos a história da vossa família. Gostaríamos assim de perceber como era a vossa vida durante o tempo que viveram na Síria e na Turquia, como foi o processo de vinda para a Europa - Portugal e qual a vossa opinião sobre o acolhimento e integração em Castelo Branco.

1. Assim sendo, gostaríamos de saber como era a vida na cidade de Aleppo?
 - Tinham casa própria? Vivia com S e com os vossos filhos?
 - Quem trabalhava? E em que atividade trabalhava? Como era a vossa vida a nível financeiro?
 - F estava em casa, não trabalhava? Por opção?
2. Tinham contacto frequente com outros familiares? A família mais próxima (pais e irmãos) vivia na mesma cidade?
3. Quantos filhos nasceram na Síria? Todas as crianças estavam na escola?
4. Como considera que era o desenvolvimento das crianças? Eram crianças alegres?

5. Alguma das crianças tinha problemas de saúde? Algum deles era acompanhado frequentemente por médico ou tomava medicação?
6. Como foi experienciar a guerra na vossa cidade? Quem viveu de perto situações mais violentas? Como?
7. Quando começaram a fazer planos para abandonar a cidade? Que opções consideraram possíveis?
8. Tiveram ajuda de alguém/ alguma entidade para se deslocarem para a Turquia? Foram sozinhos ou com mais familiares?
9. Na Turquia viveram em casa alugada? Tinham meios de subsistência para viverem sem ajuda?
10. S conseguiu trabalho? Os meninos foram para a escola?
11. O que acharam da vida na Turquia? Sentiram-se seguros lá? Como foi a adaptação à mudança por parte de vocês e dos meninos?
12. O que vos fez concorrer para a recolocação na Europa?
13. Como se procedeu esse pedido, quanto tempo esperaram? Foi simples ou complicado?
A intenção de se restabelecerem na Europa foi bem recebida por todos? Pelas crianças mais velhas também?
14. Qual foi a vossa opinião acerca do que encontraram em Castelo Branco?
A realidade e as condições que encontraram eram as que estavam à espera?
15. Como considera que foi a adaptação da família, em especial das crianças, à cidade e à nova vida?

16. Qual a sua opinião da oferta escolar dada às crianças? Que achou da escola?
17. Que crianças acha que se adaptaram melhor na escola? E quem considera que teve mais dificuldades? A que atribui estas dificuldades? Foram ultrapassadas? Como?
18. Ao fim do primeiro ano letivo (2017/18) o que conclui deste ano no que respeita à frequência escolar das crianças?
19. Neste novo ano letivo (2018/19) A foi integrado num curso vocacional e AM e J iniciaram um ano zero de preparação para o 5ºano, o que pensa destas mudanças?
20. Têm conhecimento do esforço, resultante da articulação de diversas entidades, para que a adaptação tenha o maior sucesso possível?
21. Consideram que esse esforço tem tido resultados positivos?
22. Quais os projetos para o futuro? (depois do término do período de acolhimento pela instituição)
23. O que pensam sobre a qualidade de vida em Castelo Branco?
24. Consideram Castelo Branco uma cidade interessante para viver depois do período de acolhimento.
25. Para S: Quais os projetos profissionais que considera agora que está desempregado? Que profissões considera possíveis?

Anexo B: Fotografia e Trabalhos realizados pelas crianças da família JS em contexto escolar

Desenho nº 1 de N: A floresta



Desenho nº 2 de N: As minhas férias



Figura nº 1: Identificação de estados emocionais



Desenho nº 1 de M: O Grufalhão



Fotografia nº 1: Atividades de Expressão Plástica



Texto nº 1 de AM: A minha vinda para Portugal

Titulo A minha vinda para Portugal

O meu nome é A. e tenho 13 anos e nasci na Síria.
A minha família é grande. Tenho 7 irmãos e a mãe está grávida outra vez. Eu e a minha família chegamos a Portugal em outubro de 2017.

Primeiro, estudei na Escola do Castelo e este ano estou na Escola Afonso de Paiva. A minha turma é a 5ª B e estudo Música, Matemática, Educação Física e T.L.N.M. Já aprendi muitas coisas na escola: falar, ler e escrever Português. É uma língua fácil de aprender. Gosto muito de vir à escola e estudar, quero ser doutora da coração. Eu gosto de viver em Portugal e agradeço a todas as pessoas que me ajudam.